



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2025

(Do Sr. **Marcos Pollon**).

Requer informações ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, sobre a proposta de isenção do Imposto de Renda para contribuintes com renda mensal de até R\$ 5 mil, conforme amplamente noticiado pela mídia.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito da proposta de isenção do Imposto de Renda para contribuintes com renda mensal de até R\$ 5 mil, conforme amplamente noticiado pela mídia¹.

Neste contexto, solicita-se, por meio deste requerimento, as seguintes informações:

1. Quais os fundamentos que embasaram a estimativa de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) em três pontos percentuais devido a essa isenção, conforme divulgado pelo Sindicato dos Auditores Fiscais?
2. Quais medidas estão sendo adotadas para mitigar os potenciais impactos fiscais dessa isenção sobre os municípios, especialmente considerando a possível redução no Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

¹ <https://www.brasil247.com/brasil/isencao-do-ir-vai-impulsionar-pib-em-3-pontos-percentuais-diz-sindicato-dos-auditores-fiscais>
<https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2025/03/19/isencao-de-ir-deve-aumentar-pib-em-3-pontos-percentuais-estima-o-sindicato-dos-auditores-fiscais.ghtml>



* C D 2 5 5 1 3 0 9 1 1 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 08/04/2025 19:30:17.130 - Mesa

RIC n.1141/2025

3. Como o Ministério da Fazenda pretende compensar a redução na arrecadação tributária decorrente dessa isenção, garantindo a manutenção dos investimentos públicos essenciais?
4. Existe um estudo de impacto econômico detalhado que comprove a eficácia da isenção proposta em impulsionar o consumo sem prejudicar a sustentabilidade fiscal do país?
5. Quais mecanismos de monitoramento e avaliação serão implementados para acompanhar os efeitos econômicos e fiscais da isenção do Imposto de Renda nos próximos anos?
6. Houve consulta ou diálogo prévio com entidades representativas dos municípios e estados sobre os possíveis efeitos da isenção na arrecadação e nos repasses federais?
7. Qual é a previsão de custo fiscal anual dessa isenção e como o governo pretende financiar essa renúncia tributária sem comprometer o equilíbrio fiscal?
8. Foram consideradas alternativas que permitam ampliar a base de contribuintes isentos sem causar desequilíbrios fiscais ou prejudicar a prestação de serviços públicos essenciais?
9. Como o Ministério da Fazenda pretende assegurar que os benefícios da isenção sejam distribuídos de forma equitativa, evitando possíveis distorções ou privilégios indevidos?

JUSTIFICATIVA

A recente proposta do governo federal de isentar do Imposto de Renda (IR) os trabalhadores com renda mensal de até R\$ 5 mil tem gerado intensos debates no cenário político e econômico nacional.

Estudos preliminares do Sindicato dos Auditores Fiscais (Sindifisco Nacional) estimam que a isenção poderia aumentar o Produto Interno Bruto (PIB) em até três pontos percentuais em 2026, devido ao efeito multiplicador do consumo. No entanto, é essencial questionar a metodologia utilizada para chegar a essa estimativa e se ela considera possíveis efeitos adversos, como a redução de investimentos privados.



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255130911800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon



* C D 2 5 5 1 3 0 9 1 1 8 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 08/04/2025 19:30:17.130 - Mesa

RIC n.1141/2025

Além disso, a proposta implica uma renúncia fiscal significativa, estimada em R\$ 51 bilhões anuais, conforme dados da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco). Essa perda de arrecadação pode impactar a capacidade do governo de financiar serviços essenciais, como saúde e educação, áreas frequentemente negligenciadas em períodos de ajuste fiscal.

A oposição também questiona a sustentabilidade fiscal da medida. Embora o governo proponha aumentar a tributação sobre rendas mais altas para compensar a perda de arrecadação, é válido indagar se essas medidas são suficientes para manter o equilíbrio fiscal sem prejudicar o ambiente de negócios e a geração de empregos.

A falta de clareza sobre os critérios de compensação aos municípios também é uma preocupação. A redução do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) pode afetar diretamente a qualidade dos serviços públicos locais. É fundamental obter detalhes sobre como o governo pretende mitigar esses impactos e assegurar que os recursos destinados aos municípios não sejam comprometidos.

A transparência na gestão pública exige que o governo forneça informações detalhadas sobre os instrumentos legais que embasam a proposta de isenção. É necessário compreender se houve estudos de impacto econômico e social que justifiquem a medida e se ela está alinhada com os princípios da responsabilidade fiscal.

A oposição também destaca a importância de avaliar a progressividade do sistema tributário. Embora a isenção beneficie trabalhadores de baixa renda, é crucial analisar se a proposta não resulta em benefícios desproporcionais a contribuintes de renda média, sem que haja uma contrapartida justa na tributação de altas rendas.

A ausência de um debate mais amplo sobre a reforma tributária, que poderia abordar de forma mais abrangente a simplificação do sistema e a redução das desigualdades fiscais, é outro ponto de crítica. A isenção do IR, isoladamente, pode ser vista como uma medida paliativa que não resolve os problemas estruturais do sistema tributário nacional.

A falta de um plano claro para monitorar e avaliar os efeitos da isenção ao longo do tempo também é uma preocupação. Sem mecanismos adequados de

CD255130911800*





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

acompanhamento, é difícil determinar se a medida alcança os resultados desejados sem causar distorções no mercado ou aumentar a informalidade laboral.

Por fim, é essencial garantir que a sociedade civil participe ativamente do debate sobre a isenção do IR. Audiências públicas, consultas populares e a divulgação ampla de informações são fundamentais para que a população compreenda os impactos da medida e possa contribuir com sugestões que aprimorem a proposta.

Diante desses pontos, a obtenção de dados precisos e transparentes é crucial para avaliar a viabilidade, os benefícios e os possíveis riscos associados à proposta de isenção do Imposto de Renda para rendas mensais de até R\$ 5 mil.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das Sessões, em __ de abril de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD255130911800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Marcos Pollon



* C D 2 5 5 1 3 0 9 1 1 8 0 0 *